

Artigos

Comunicação a partir da complexidade contingente da modernidade segundo a perspectiva de Niklas Luhmann

Manuel Menezes*

Resumo

Este artigo faz parte de uma investigação maior desenvolvida no âmbito do Doutoramento em Ciências da Comunicação. Baseado em pesquisa bibliográfica, procura-se mostrar como o instrumental teórico resultante dos intentos subjacentes à construção de uma teoria geral dos sistemas autopoieticos e auto-referenciais evidencia uma aproximação *sui generis* à modernidade, quando a dicotomia indivíduo/sociedade deu lugar à distinção entre sistemas psíquicos e sociais, traduzindo-se estes últimos em comunicação e nada mais do que comunicação.

Palavras-chave: Modernidade. Contingência. Comunicação. Teoria dos Sistemas.

Abstract

This paper is part of a developed bigger inquiry in the scope of the Doctorate in Sciences of the Communication. Based in bibliographic research, it is attempted to show as the consequential theoretical instrument of the underlying intentions to the construction of a general theory of the autopoietic and self-referential systems, evidences a peculiar approach to modernity, where the dichotomy individual/society gave place to the distinction be-

* Doutor em Ciências da Comunicação (especialidade de Comunicação e Cultura) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2007). Nos últimos 14 anos, exerceu as funções de docente nas áreas de Serviço Social e Ciências Sociais Instituto Superior Miguel Torga – Coimbra, Portugal. Durante este período, além da realização de diversas conferências, publicou dois livros e diversos artigos científicos. E-mail: manuel.d.menezes@gmail.com

tween psychic and social systems, expressing this last communication and nothing more than communication.

Keywords: Modernity. Contingence. Communication. Systems Theory.

Resumen

Este artículo forma parte de una investigación mayor desarrollada en el ámbito del Doctorado en Ciencias de la Comunicación. Basado en estudios bibliográficos, se busca presentar como el instrumental teórico resultante de los intentos subyacentes a la construcción de una teoría general de los sistemas autopoieticos y autoreferenciales evidencia una aproximación *sui generis* a la modernidad, cuando la dicotomía individuo/sociedad dio lugar a la diferenciación entre sistemas psíquicos y sociales, traducándose estos últimos en comunicación y nada más del que comunicación.

Palabras clave: Modernidad. Contingencia. Comunicación. Teoría de los Sistemas.

Na etimologia de poiesis, encontramos o vocábulo grego *poiéo* – fazer, produzir, remetendo o conceito de *autopoiesis* para auto-(re)produção. Em finais dos anos 1960, procurando dar uma resposta às questões: o que é a vida? O que é a percepção? Os biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela (1995) advogaram ser esta uma característica dos sistemas orgânicos dinâmicos – produzem todos os seus componentes por intermédio da interacção existente entre esses componentes, ou seja, os sistemas vivos produzem-se/reproduzem-se continuamente a si mesmos (podendo dar-se como exemplo, uma célula que reproduz os seus próprios elementos – lípidos, proteínas, membrana... – em total autonomia com respeito ao seu ambiente). Deste modo, o par fazer/ser é indissociável num sistema autopoietico, na medida em que é circularmente produtor e produto de si mesmo. Paralelamente, ao falarem de sistemas autopoieticos estão, em última instância, a conceber os mesmos como sistemas estruturalmente determinados, isto é: a estrutura que um sistema adota num momento específico (articulação singular dos diferentes componentes que o constituem) influencia o modo como o mesmo

interage com o meio ambiente. Por outras palavras, o determinismo estrutural, é visível na medida em que o modo como o sistema age/reage ao mundo circundante num momento determinado, está dependente, não das irritações externas, mas, da forma como se encontra estruturado nesse preciso momento.

Tomando por base os estudos realizados por aqueles dois autores, Niklas Luhmann (aumentando a abrangência do conceito para além dos sistemas biológicos) procura analisar as mediações que atravessam a sociedade moderna complexa e contingente¹, enquanto sistema autopoietico e auto-referencial cuja unidade referencial é a comunicação. Quer dizer, como um sistema detentor da capacidade de “[...] auto-produzir os seus próprios elementos operativos, sem a intervenção de outros sistemas. Trata-se, portanto, de sistemas que produzem um fechamento, fecham-se para realizar as suas operações² e só se abrem quando os seus elementos estão constituídos” (CANSINO, 2001, p. 147). Logo, convém notar que a referência aos sistemas autopoieticos e auto-referenciais, em primeiro lugar, indicia a menor importância atribuída ao sujeito no quadro da teoria dos sistemas luhmanniana e, em segundo lugar, não obstante o fechamento operacional consubstanciar a autonomia do sistema³, isso não subentende (i) que os mesmos se encontrem continuamente nesse estado como se fossem unidades hermeticamente cerradas, (ii) nem uma importância menor do papel adstrito ao ambiente, visto que, independentemente da impossibilidade de poderem intervir um sobre o outro (sistema sobre o ambiente e vice-versa), as irritações

¹ Contingência essa, entendida pelo autor como dizendo respeito a “tudo o que não é necessário nem impossível” (LUHMANN, 1992, p. 89-90), isto é, à “negação da necessidade e da impossibilidade” (LUHMANN, 1991, p. 178). Quer dizer, de acordo com esta perspectiva, a contingência, pode ser descrita como aquilo que é (foi ou será) de determinada forma, mas também poderia ter sido, ser ou vir a ser diferente, remetendo, assim, para outras possibilidades em aberto e respectivas seleções a elas associadas.

² Dever-se-á assinalar que, de acordo com a perspectiva luhmanniana, as unidades de funcionamento dos sistemas são *operações* e não *acções*.

³ O sistema é completamente fechado no correspondente às suas operações, podendo-se, por exemplo, afirmar que somente ao subsistema do direito é possível determinar o que é legal ou não-legal.

provocadas pelo meio ambiente levam a que os sistemas desenvolvam operações de selecção internas e, por consequência, reorganizem os seus recursos. Consequentemente, a inter-relação sistema/ambiente ocorre por via de um “acoplamento estrutural”, quer dizer, uma adaptação mútua constante entre ambos. Por outras palavras, apesar de não existir uma influência causal do meio para com o sistema, aquele, ao estimular, irritar, perturbar as operações internas próprias do sistema acaba por produzir o acoplamento estrutural entre ambos e, em última análise, por se consubstanciar como um elemento indispensável à sobrevivência deste.

Atendendo ao supramencionado, uma das suas primeiras preocupações, de natureza epistemológica, foi a de saber como seria possível conhecer a sociedade enquanto sistema social mais abrangente. A resposta a esta questão vai encontrá-la na diferenciação. O observador – anónimo – para conhecer, efectuando uma observação de segunda ordem⁴, tem necessidade de diferenciar. Esta diferenciação parte do pressuposto da existência de diferenças, já não entre o todo (sociedade) e as partes (os sujeitos), mas entre o sistema e o seu meio ambiente (*Umwelt*)⁵, permitindo, por isso, a emergência de sistemas distintos e, por consequência, a elaboração de uma teoria dos sistemas sociais autopoieticos e auto-referenciais que operam por meio de comunicação. Sem esta diferenciação complexa era impossível os sistemas existirem, o fulcro da sua existência reside na diferença que mantêm, no estabelecimento de uma fronteira com o ambiente⁶, quer dizer,

⁴ É uma observação que se realiza sobre um observador, ou seja, observa-se não o observador em si, mas o modo como ele observa e nessa observação efectua distinções; neste sentido, “observar um observador” significa “observar um sistema que, por sua vez, realiza operações de observação” (LUHMANN, 1991a, p. 225). Consequentemente, “o aspecto basilar da observação de segunda ordem encontra-se na apreensão das diferenciações de que o observador se socorre, com o intuito de explicitar o que o observador não pode observar [porquanto, é impossível observar a sua própria observação] devido à matriz de diferenças que toma por referência para observar” (CASTRO, 2001, p. 104).

⁵ Para uma análise crítica da substituição do “sujeito auto-referencial” pelo “sistema auto-referencial”, cf. Jürgen Habermas (1985).

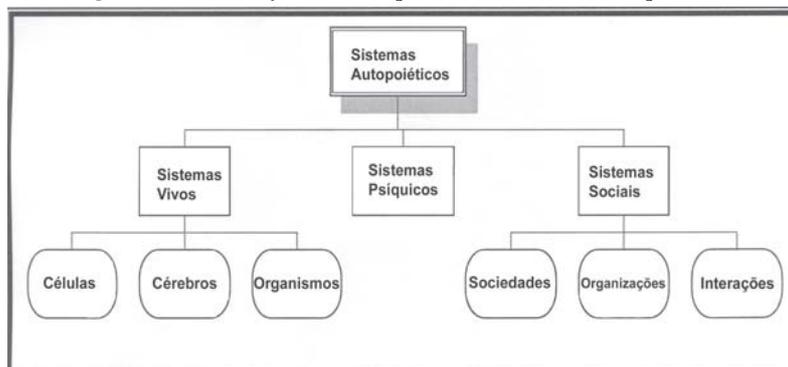
⁶ Convém notar que ao se falar em fronteira, não se pretende indiciar a existência de limites físicos, mas, tão-somente, de sentido (MANSILLA, 1996).

COMUNICAÇÃO A PARTIR DA COMPLEXIDADE CONTINGENTE...

os sistemas constituem-se e mantêm-se, criando e conservando a diferença com o meio, utilizando os seus limites para regular esta diferença. Sem diferença em relação ao meio não haveria auto-referência, porquanto, a diferença é a premissa para a função de todas as funções de todas as operações” (LUHMANN, 1991, p. 39).

Partindo desta diferenciação, Niklas Luhmann (1991) defende, então, a existência – para além dos sistemas autopoieticos vivos – de dois tipos de *sistemas de sentido* (que, em conjunto, vão formar os *soft systems*), designadamente o *psíquico* (consciência/pensamento)⁷ e o *social* (comunicação). Este último, ao se diferenciar funcionalmente, evidencia um aumento significativo de complexidade, na medida em que a diferenciação induz o aparecimento de outros sistemas sociais parciais, nomeadamente os *sistemas sociais, de interações* e os *organizacionais* (tipologia esta, que pode ser observada na figura abaixo). Quanto aos segundos, podendo ser considerados sistemas pouco complexos, nos mesmos é exigida a presença física dos interlocutores da comunicação e, por conseguinte, todos os ausentes são automaticamente excluídos, quer dizer, todo aquele que se ausente, mesmo que seja por um curto período de tempo, deixa de fazer parte do sistema de interações.

Figura nº 1 – Diferentes Tipos de Sistemas Autopoieticos



Fonte: Niklas Luhmann (1986; 1991).

⁷ De acordo com a aceção luhmanniana, os sistemas psíquicos operam por via da consciência, incluindo-se aqui todos os pensamentos, sentimentos e emoções.

Assim sendo, é neste tipo de sistemas que se verifica a presença dos indivíduos (LUHMANN, 1999), devendo acrescentar-se que, de acordo com o discurso em análise, as interações entre os indivíduos são, na sua quase totalidade, mediadas pela sociedade, isto é, por comunicação. Relativamente aos sistemas organizacionais, estes podem ser captados como sistemas autopoieticos de decisões, no sentido em que lhes incumbe a definição de quem pertence (ou não) à organização, quer dizer, são mediados por “[...] regras de reconhecimento – tipicamente regras de pertença e de definição de papéis internos – que as tornam identificáveis e que possibilitam a especificação das suas próprias estruturas” (VERGARA, 2001, p. 120).

Sabendo que os diferentes sistemas constitutivos dos sistemas sociais operam por meio de códigos binários de comunicação que lhe são próprios⁸, serão estes que vão permitir o estabelecimento de diferenciações entre o sistema e o meio ambiente circundante, quer dizer, cada sistema comunica consigo e com o seu ambiente tomando por base o código que lhe é próprio. Assim, no meio ambiente de cada sistema societal encontram-se, para além de outros sistemas sociais⁹, os sistemas psíquicos e, o meio ambiente de cada sistema psíquico é, por sua vez, constituído por outros sistemas psíquicos e por todos os sistemas sociais. Esta situação, atestando a importância menor que o sujeito detém no seio da teoria luhmanniana e, por consequência, o abandono do individualismo, segundo Luís Vergara (2001), é demonstrativa de que os seres humanos deixam de ser

⁸ Constituindo-se como meio regulador das relações no interior de cada subsistema, como meio por via do qual o sistema vai filtrar e processar a comunicação, o código “[...] tem por base um esquema muito geral e simplificado, de tipo binário, com uma função eminentemente performativa – marca a realidade contingente, extremamente diversificada e caótica com que se confrontam os sistemas, criando diferenças a partir das quais os elementos são rapidamente ordenados” (ESTEVES, 1999, p. 33); como exemplos, podemos enunciar: governo/oposição (subsistema político); dinheiro/não dinheiro (subsistema económico); capaz/incapaz (subsistema educativo); saúde/doença (subsistema saúde), verdade/não verdade (subsistema ciência); legal/não legal (subsistema direito), amor/não amor (subsistema família), entre outros.

⁹ Neste sentido, por exemplo, “o sistema científico e o sistema educativo pertencem ao meio ambiente do sistema político e este último, por sua vez, pertence ao meio ambiente da educação e da economia” (LUHMANN, 1981, p. 42).

considerados como parte constituinte dos sistemas sociais, passando a constituir o seu meio ambiente, isto é, assiste-se a um distanciamento/separação entre o humano e o social¹⁰; de acordo com o próprio discurso luhmanniano “os homens, as diferentes pessoas individuais, participam em todos os sistemas sociais, mas, de modo algum, se incorporam em algum destes sistemas ou na sociedade global. A sociedade não se compõe de seres humanos, é composta por comunicações entre homens” (LUHMANN, 1981, p. 42; LUHMANN, 1991, p. 354). Em suma, enquanto unidades autónomas, a sociedade (comunicação) é analisada como sistema e os seres humanos (consciência) como o seu meio ambiente, conduzindo a que as possibilidades de intervenção/influência dos últimos em relação à sociedade sejam ínfimas (LUHMANN, 1991, p. 62).

Quanto à comunicação ou, mais precisamente, ao acto comunicativo, dever-se-á, antes de mais nada fazer uma breve referência ao problema da dupla contingência. Este foi inicialmente colocado por Talcott Parsons, que, com o objectivo de construir uma teoria geral da acção, defendia a impossibilidade da existência de qualquer tipo de acção enquanto ego fizesse depender a sua acção da reacção de alter e, por sua vez, as reacções de alter ficassem dependentes das acções de ego. Discordando da solução proposta pelo sociólogo norte-americano para a resolução do problema (socialização dos actores e a internalização das normas sociais – “sistema simbólico partilhado”), Niklas Luhmann (1991) vai enveredar por uma outra via. Logo, não obstante estar ciente de a dupla contingência ser uma consequência natural de uma situação em que dois sistemas vivos tentam comunicar sem que, previamente, tenham ocorrido outras comunicações, quer dizer, uma situação na qual (dada inexistência de referenciais de orientação para o agente) ego não sabe como actuar dada a sua incapacidade de prever o comportamento de alter e vice-versa, conclui que a comunicação acaba, em última instância, por ser induzida por essa situação. Dito de ou-

¹⁰ Segundo esta leitura, o discurso luhmanniano evidencia uma “[...] desantropomorfização da noção de organismo, conseqüentemente o homem deixa de ser considerado como parte (a fundamental) desse mesmo organismo social e torna-se-lhe exterior – passa a constituir um meio ambiente do sistema e, como tal, fonte permanentemente geradora de problemas, criadora de complexidade” (ESTEVEZ, 1999, p. 14).

tro modo, seguindo este raciocínio, para o autor o superar da situação, o agir sob condições de incerteza, encontrava-se dependente do modo como ambos os agentes entendessem a perspectiva do outro, quer dizer, o comportamento de ego iria depender das suas expectativas relativamente à acção de alter e vice-versa, estando ambos conscientes da existência dessa mútua dependência; o resultado das interacções iniciais seria sempre incerto visto as expectativas correrem o risco de sair frustradas, mas, com o decorrer do tempo, em consequência da partilha mútua/generalização das distintas expectativas (“eu faço o que tu queres que eu faça, se tu fizeres aquilo que eu quero que tu faças”)¹¹, ir-se-ia constituir uma estrutura cada vez mais estável e previsível e, por consequência, a ordem social.

Não descurando o referido, verifica-se, então que, contrariamente ao entendimento usual do conceito (empregue por referência aos indivíduos como sujeitos de comunicação: transferência de mensagem entre interlocutores), na perspectiva luhmanniana a comunicação propriamente dita, emerge como uma operação autopoiética tríplice, por via da qual o sistema realiza selecções contingentes, nomeadamente da *informação* (conteúdo selectivo da comunicação)¹², da *mensagem* subjacente à informação e da *compreensão* selectiva da diferença entre ambas¹³. Para a comunicação ser compreendida é, então, necessário que o que é comunicado (informação seleccionada) seja distinguido do *como* e do *porquê* de ser comunicado (mensagem). Logo, só os três componentes em conjunto (tomados por referência uns aos outros e não isoladamente) é que podem criar comunicação o que, em última análise, significa que a comunicação resulta sempre numa situação em aberto, me-

¹¹ De acordo com a perspectiva luhmanniana, a comunicação não ocorre como evento único, pois, enquanto complexo, cada comunicação identifica-se a si própria por via de uma referência a comunicações passadas e por intermédio de uma abertura a comunicações futuras.

¹² É concebida como o resultado de uma selecção, a partir de várias alternativas, com o fim último de controlar a complexidade mediadora da mesma.

¹³ A comunicação só ocorre, a partir do momento em que há a compreensão desta diferença, porquanto, a comunicação realiza-se a partir do momento em que *Alter* (recebeu a informação) compreende que *Ego* (comunicou) transmitiu uma informação, e que a mesma pode ser atribuída ao *Alter*; sobre este aspecto, cf. Armin Mathis (s/d, p. 7).

diada necessariamente por uma decisão sobre se a informação expressa e compreendida é aceite ou não (LUHMANN, 1986; 1995)¹⁴. Deste modo, a comunicação, dado ser social (é o traço distintivo da sociedade), só pode ela própria, constituir-se como comunicação no seio de uma rede comunicacional, i.e., só a comunicação, e não o homem, pode comunicar (LUHMANN, 1991, p. 206) e, sabendo que para o autor sociedade e comunicação são a mesma coisa¹⁵, só à sociedade, enquanto sistema autopoietico, é possível comunicar (LUHMANN, 1991; 1992), ou seja, a auto-

¹⁴ Encarando a comunicação como problema e tendo por base a contingência que a caracteriza (aceitação ou negação), Niklas Luhmann (1999) faz referência à improbabilidade da comunicação, decorrente de três obstáculos que actuam como factores de dissuasão: (i) é improvável que alguém compreenda o que o outro quer dizer; (ii) é improvável que a comunicação chegue ao receptor; (iii) é improvável que a comunicação seja aceita. Visando clarificar o modo como essas improbabilidades podem ser superadas, i.e., como a comunicação se pode tornar provável, socorre-se do conceito de meios, nomeadamente da *linguagem* (para minorar a problemática da compreensão), da *escrita/meios de difusão* (para facilitar o acesso ao receptor) e dos *meios de comunicação simbólicos* (visando a aceitação da comunicação). Como uma síntese desta perspectiva *sui generis* pode-se, então, afirmar que “toda a comunicação tem lugar na sociedade e a reproduz, no entanto, isto não implica uma comunicação a-problemática, ideal, razoável e consensual, mas, antes uma comunicação que pode ser conflitual, irracional e conduzir à discórdia, ainda que, em todos estes casos, contribua para a manutenção da autopoiese de um sistema societal que proporciona o conflito e a incompreensão e que, apesar disto, continua a reproduzir-se como um sistema que auto-produz os seus elementos constituintes” (MANSILLA, 1996, p. xxi).

¹⁵ De acordo com o seu próprio discurso – “a sociedade é o conceito social mais amplo, inclui o todo social e, por conseguinte, não possui nenhum meio ambiente social. Se há acumulação de factores sociais, se surgem novos interlocutores ou temas de comunicação, a sociedade cresce, pois, esses factores prevalecem na sociedade, não podem ser externalizados, nem serem apreendidos como fazendo parte do meio envolvente, dado que tudo o que é comunicação é sociedade” (LUHMANN, 1991, p. 408). Seguindo de perto esta perspectiva, para Rodríguez Mansilla (2001, p. 43) é, então, possível definir a sociedade como sendo um “único sistema mundial” que abarca todos os eventos comunicativos, isto é, “cada vez que alguém vota, compra, conversa com alguém ou, inclusivamente, protesta contra a sociedade e contra o modo como a mesma se encontra estruturada, participa na reprodução autopoietica do sistema da sociedade mundial. Por conseguinte, a sociedade mundial é um sistema único que inclui todas as comunicações possíveis, enquanto que, no seu ambiente, não há – nem pode haver – qualquer comunicação, mas, tão-somente, acontecimentos de outro tipo”.

poiésis da sociedade realiza-se por intermédio da comunicação e a dos sistemas psíquicos por via do pensamento – à primeira está interdito o pensamento e aos segundos a comunicação (LUHMANN, 1986; 1995).

Tomando por base o instrumental teórico enunciado acima, Niklas Luhmann procura desenvolver uma exegese na qual se evidencia a importância da teoria dos sistemas para a compreensão da sociedade moderna. Como já referimos, o discurso luhmanniano advoga a existência de sistemas autopoieticos e auto-referenciais o que, em última análise, pode servir de escora a um posicionamento crítico face às tentativas de programação. Partindo do pressuposto de que os sistemas se produzem a si próprios, Niklas Luhmann indicia claramente o seu cepticismo face aos discursos e práticas que patrocinam a possibilidade de ordenamento da experiência, porquanto, em sua acepção, (i) para além da ineficácia visível quanto ao alcance dos objectivos pretendidos, ineficácia, desde logo, por não se aperceberem da complexidade produzida pela diferenciação funcional moderna; (ii) os custos dessas tentativas ultrapassam significativamente os benefícios decorrentes das mesmas.

Não renunciando a uma crítica arguta sobre o observado, a leitura¹⁶ que nos é apresentada, apesar de plasmar algumas similitudes de diagnóstico, afasta-se de outras nas quais predominam associações estreitas entre modernidade e Iluminismo e, por consequência, as desilusões conexas com o papel da razão que estas mesmas associações transportam consigo¹⁷. Assim sendo, partindo do pressuposto de que, na sua evolução (via pela qual os sistemas

¹⁶ Na análise que fazamos dessa leitura, devemos estar conscientes de que “o mundo em que vivemos é o que construímos a partir de nossas percepções, e é a nossa estrutura que permite essas percepções. Por conseguinte, o nosso mundo é a nossa visão do mundo. Se a realidade que percebemos depende da nossa estrutura — que é individual —, existem tantas realidades quantas pessoas observadoras. Eis porque o chamado conhecimento puramente objectivo é inviável: o observador não é isolado dos fenómenos que observa” (MARIOTTI, 1999, p. 3).

¹⁷ A crítica aos discursos pós-modernos encontra-se igualmente presente: “enquanto que, a modernidade clássica trasladava para o futuro o cumprimento das suas expectativas evitando, com isso, todos os problemas conexas com a auto-observação e autodescrição da sociedade, por intermédio do “ainda não” (*noch nicht*) do futuro, o discurso da pós-modernidade é um discurso sem futuro” (LUHMANN, 1992, p. 15).

podem modificar a sua estrutura), a modernidade se caracteriza por um aumento significativo de complexidade¹⁸, um dos pontos fulcrais da perspectiva luhmanniana baseia-se na diferenciação, sempre em crescendo, que se vai estabelecer entre passado e futuro e, como já referimos, no pressuposto de a diferenciação funcional do sistema social propiciar a emergência de sistemas parciais, ou seja, uma diferenciação em si mesma. A partir daqui, vão ser apresentadas algumas das diferenciações que foram ocorrendo ao longo da história (não de forma linear, mas quando, por um lado, coabitam o *nicht mehr* e o *noch nicht*, e, por outro, novas possibilidades de diferenciação se mantêm em aberto)¹⁹, diferenciações essas que, paulatinamente, foram propugnando o surgimento de distintos tipos de sociedade, nomeadamente as sociedades *segmentárias, estratificadas e funcionalmente diferenciadas*.

Nas primeiras, também denominadas “sociedades arcaicas ou tribais”, encontramos a forma mais natural e elementar de diferenciação, visto as mesmas possuírem um sistema pouco complexo²⁰, constituído por vários subsistemas similares entre si – clãs, tribos, famílias – caracterizados pelo princípio da reciprocidade. Baseando-se nos princípios da igualdade e da homogeneidade internas, a diferenciação tinha, essencialmente, por base o parentesco e/ou as comunidades territoriais; quanto à comunicação, ocorria por via de interacções face a face, dada a inexistência de meios para interagir com os interlocutores, física-

¹⁸ Será importante assinalar que, segundo Niklas Luhmann (1991), complexidade implica necessariamente uma selecção (das possibilidades em aberto a serem realizadas) visando a redução dessa mesma complexidade; a selecção, por sua vez, remete para a contingência que, em última instância, evidencia o risco inerente à sociedade moderna.

¹⁹ No fundo, o processo é mediado por estádios intermédios de diferenciação nas quais coexistem distintos elementos (segmentários e estratificados ou estratificação e função), pois, a emergência de uma nova forma de diferenciação não elimina automaticamente as formas que anteriormente estruturavam a sociedade.

²⁰ Essa diminuta complexidade consubstanciava-se, em última análise, como uma garantia de reprodução desta tipologia de sociedade, visto quando se encontrava face a uma situação de urgência, tinha possibilidades de “reduzir o seu tamanho, experienciar cesuras, sofrer fortes perdas humanas devido a epidemias ou conflitos e, posteriormente, recomeçar o processo” (MANSILLA, 2001, p. 45).

mente ausentes. Este tipo de sociedades, não obstante a sua tendência para a estabilidade, ao se complexificarem (tanto por via de mutações ocorridas ao nível do parentesco como do território) produziu uma diferenciação²¹ que, ao nível territorial, por exemplo, conduziu à distinção entre *centro* e *periferia*, ou seja, enquanto no centro (grandes urbes) emergiu um aprofundamento das diferenciações, a periferia tendia à manutenção das diferenciações segmentárias. Este fenómeno vai ser denominado por Niklas Luhmann de “diferenciação das formas de diferenciação”, no qual a cidade central possui como princípio orientador a estratificação²², e o campo se orienta pela segmentação” (citado por Mansilla, 2001, p. 46).

A emergência de um ordenamento social mediado por diferenças/desigualdades entre classes, estratos sociais – em cima/em baixo; dentro/fora –, evidencia a “passagem” para as *sociedades estratificadas* ou, como também são denominadas, *hierarquicamente diferenciadas*. Estruturadas hierarquicamente, nelas encontramos, como critérios de diferenciação, a posse de riqueza e o parentesco. A função de controle socioeconómico da sociedade era desempenhada por um estrato superior de pequena dimensão, por via de uma centralização política. Para Niklas Luhmann (1999, p. 111), uma das dimensões positivas das sociedades estratificadas era a de permitirem o aumento de comunicação. Dito de outro modo, a estratificação, como o produto da diferenciação e fechamento do estrato superior²³, é a “[...] igualdade forçada na desigualdade”, isto é, igualdade ligada a classe ou estrato” que, em última instância, facilita o aumento da comunicação entre os pares.

²¹ Não mais tendencialmente igualitária, como anteriormente, mas, onde as desigualdades se começam a manifestar.

²² Decorrente, por exemplo, de práticas endogâmicas conducentes à constituição de famílias com características específicas – nobres – distintas do povo.

²³ Na acepção de Rodríguez Mansilla (2001, p. 46-47), o “[...] fechamento não se dá só por intermédio da endogamia, porquanto, também há um fechamento semântico: o estrato superior distingue-se a si mesmo por referência ao estrato inferior, podendo este, num primeiro momento, ignorar a sua posição”.

COMUNICAÇÃO A PARTIR DA COMPLEXIDADE CONTINGENTE...

A partir do século XVI, inicia-se a *dissolução* do ordenamento anteriormente enunciado, começando a constituírem-se os primeiros resquícios das *sociedades funcionalmente diferenciadas*. Estas, contrariamente ao prevalente nas tipologias antecedentes, não remetem para uma diferença qualitativa, no sentido de alguns indivíduos serem considerados de melhor estirpe do que outros, mas, antes, para uma forma de organização por intermédio da qual a sociedade busca lidar com a complexidade em crescendo. Assim, indiciando o que pode ser denominado de autonomização sistêmica, passam a adotar como critério de diferenciação²⁴ a *função*, isto é, no sistema global sociedade, começam a emergir subsistemas funcionalmente diferenciados (económico, político, educativo, científico, religioso, familiar, entre outros), que se especializam em exclusividade no desenvolvimento de uma função específica da sociedade²⁵; podendo dar-se como exemplo, entre outros, a produção de novo conhecimento para a sociedade por parte do subsistema científico, ou, a satisfação das necessidades – presentes e futuras – pelo subsistema económico.

Esta especialização ganha importância máxima para o discurso luhmanniano, dada a primazia adquirida na modernidade pelo princípio da diferenciação funcional conduzir à consubstanciação de uma sociedade sem centro e/ou vértice, na medida em que, segundo esta leitura, todo e qualquer intento de representar a totalidade da sociedade redundaria em fracasso, dada a existência de distintos subsistemas organizados em torno dos seus próprios códigos. No fundo, nenhum subsistema funcional pode almejar constituir-se como o centro da sociedade ou como o topo de uma

²⁴ Devendo esta ser captada como dizendo respeito ao processo por via do qual se assiste à reprodução de sistemas dentro de sistemas, fronteiras dentro de fronteiras.

²⁵ A política é o problema do subsistema político, assim como a educação é o do subsistema educativo e a economia o do subsistema económico. Daí decorre, necessariamente, a impossibilidade de um subsistema, num momento de crise, poder realizar as funções incumbidas a outro, pois, “ainda que o êxito da economia no desempenho da sua função revista um interesse político considerável, o subsistema político não pode evitar um fracasso económico, mesmo que assim o desejasse. A ciência deve receber contributos financeiros da economia, mas, a sua investigação da verdade, não deve ser influenciada pela sua dependência económica” (MARSILLA, 2001, p. 48).

hierarquia (funcional) de sistemas o que, em última análise, traduz a impossibilidade de a sociedade ser planificada e, por consequência, controlada como um todo: “[...] uma sociedade organizada em subsistemas *não possui nenhum órgão central*. É uma sociedade *sem vértice nem centro*. A sociedade não se representa por nenhum dos seus próprios subsistemas genuínos” (LUHMANN, 1981, p. 43). Portanto, numa sociedade não só “policêntrica”, mas também, “policontextual”, essa especialização, por um lado, vai facilitar o desempenho de funções consideradas vitais para o funcionamento da sociedade como um todo. Por outro lado, será com base na mesma que o subsistema irá estabelecer observações várias, nomeadamente (i) a observação da sociedade na qual o subsistema se insere (destacando a função em que se especializou); (ii) a observação de outros subsistemas que fazem parte do meio ambiente da sociedade (tornada possível, por intermédio de um esquema *input/output*, as inter-relações que os diferentes subsistemas estabelecem entre si); (iii) a observação que o subsistema faz de si mesmo (reflexão/auto-observação). Para clarificar o enunciado, Niklas Luhmann (1999, p. 113) socorre-se do exemplo do subsistema ciência:

O sistema científico preenche a sua função societal através da produção de *verdades partilháveis intersubjectivamente*, a sua *performance* para os outros subsistemas consiste em *pesquisa orientada para aplicação*; e reflecte sobre si próprio na *teorização fundamental* e nas suas decisões para continuar ou cessar as tradições históricas.

Paralelamente, a diferenciação social, anteriormente baseada na estratificação, ao assentar na diferenciação funcional impulsiona o desmoronamento da antiga ordem natural e a sua, conseqüente, transmutação numa nova estrutura social que, por não ser natural, emerge como contingente. No fundo, o processo plasma a substanciação de condições de existência que passam a ser mediadas por uma maior volatilidade nas localizações sociais dos indivíduos, surgindo, desta forma, um dos traços diferenciadores da modernidade, visto ela passar a depender “[...] de acabar com lugares fixos e da fixação a um lugar, enquanto no medievo tudo se baseava no reconhecimento da posição a partir da ordenação de lugares e da

COMUNICAÇÃO A PARTIR DA COMPLEXIDADE CONTINGENTE...

codificação de posições” (MIRANDA, 1998, p. 20). Por outras palavras, segundo Niklas Luhmann (1988, p. 102),

as pessoas, anteriormente fixas a um determinado posicionamento social, passam gradativamente a poder ter acesso a todos os subsistemas funcionais da sociedade²⁶ dos quais, simultaneamente dependem. A estrutura torna-se contingente; a lei pode ser modificada, se não por decreto, através da prática jurídica. [...] A ciência surpreende o público com novas descobertas e novas teorias. Estruturas essenciais e entidades culturais enraizadas territorialmente, vão sendo substituídas por entidades mais efêmeras, tais como a moda e o gosto. As novas condições de acesso e pressão temporal, de oportunidade e dependência, modificam as relações entre *confidence* e *trust* (grifo nosso).

As condições de existência modernas tiveram, então, que ser trabalhadas em novos moldes. Sabendo que o medo não é um fenómeno moderno, que transcorre toda a história da humanidade, constituiu-se como um dos elementos políticos principais da religião tradicional e, em nossa aceção, com novas roupagens, seria com o intuito de elidir racionalmente essa afecção que a contingência viria a ser trabalhada ao longo de toda a condição moderna. Clarificando, a razão prima do trabalhar da contingência (do opaco, do inexplicável, do inesperado), a incessante busca da sua domesticação, encontra-se na tentativa da elisão do medo (e da ansiedade que o mesmo produz em nós), dado aquela se constituir como arquétipo deste. A supressão racionalista do medo, em princípio, permitiria ao ser humano dominar a totalidade da experiência, supressão essa, possível a partir do momento em que os mitos fossem dissolvidos, substituindo a imaginação pelo saber (Adorno; Horkheimer, 1947). Na correlação entre a razão e as emoções, assiste-se ao primado da primeira e à,

²⁶ Esta asserção não impede, no entanto, que Niklas Luhmann (numa reflexão desenvolvida alguns anos mais tarde) levante a hipótese de a sociedade do século XXI poder vir a ser regulada pelo metacódigo da inclusão/exclusão, querendo com isto significar que alguns seres humanos seriam pessoas, enquanto outros somente indivíduos, no sentido em que, enquanto os primeiros se encontravam incluídos em diferentes sistemas funcionais, os segundos, dada a exclusão desses mesmos sistemas, não passariam de corpos que tentariam sobreviver no dia-a-dia.

consequente, desvalorização e “confinamento” das paixões aos seus cânones, pois estas, reflectindo tudo aquilo a que a razão se opunha não poderiam vagar livremente²⁷.

O alcance de tais objectivos coloca-nos, no entanto, dúvidas incomensuráveis, na medida em que, contrariamente à sua elisão, assistiu-se, isso sim, ao ressurgimento da contingência e, por consequência, do medo com uma força acrescida. Contrariamente à domesticção desejada, o que se constata é que os intentos para a elidir acabaram por propugnar a emergência de novas esferas de incerteza, pois, como afirma Josetxo Beriain (2003, p. 6), socorrendo-se das metáforas de solidez e liquefacção,

a modernidade luta por desfazer a ‘solidez’ da tradição herdada da Idade Média, para criar um sólido novo e improvisado: a expansão do domínio racional a todos os âmbitos, mas, o ‘sólido novo e improvisado’ é inexoravelmente engolido por essa força invisível que denominamos por contingência e que nos situa face ao paradoxo de, quanto mais pretendemos dominar uma situação, mais nos consciencializamos da futilidade de tal intento.

Deste modo, em jeito de conclusão, não descurando, por um lado, que para Niklas Luhmann a teoria dos sistemas era, de entre distintas teorias, aquela que se encontrava melhor preparada para dar conta dos processos evolutivos característicos da experiência moderna e, por conseguinte, da complexidade, diferença e contingência mediadoras dos mesmos. E, por outro, que evolução era percebida como uma diferenciação ao nível da variação e da selecção, diferenciação essa, não planificada dado o acidental brotar como seu traço basilar. O interesse desta perspectiva para nós, revela-se não só, mas também a partir do momento em que o autor salienta o facto de na passagem da antemodernidade para a modernidade se assistir a uma transmutação do princípio de diferenciação mediador da sociedade, ou seja, o princípio de

²⁷ Hoje em dia, pelo contrário, são cada vez mais as vozes, como outras (reprimidas) já o foram no passado, defensoras da necessidade “[...] de substituir a esperança de que todos substituam “a paixão” ou a fantasia pela “razão” pela esperança de que as oportunidades de realização de fantasias idiossincráticas sejam niveladas” (Richard Rorty, 1989, p. 82).

COMUNICAÇÃO A PARTIR DA COMPLEXIDADE CONTINGENTE...

estratificação, anteriormente predominante, vê a sua importância diminuída comparativamente ao princípio funcional que passa a predominar. Segundo as suas próprias palavras, a novidade da modernidade, o seu “perfil peculiar, historicamente único” reside no “[...] primado da diferenciação funcional, que produz como efeito uma enorme ampliação das comunicações altamente especializadas, bem como efectividade das mesmas” (LUHMANN, 1981, p. 42).

Assim sendo, o enaltecimento das formas de diferenciação crescentemente complexas como traço distintivo da modernidade, permite, como já referimos, a explicitação de uma sociedade policêntrica, ou seja, uma sociedade na qual a variedade e complexidade alcançadas são de tal ordem, ao ponto de não poderem mais ser suportadas por um centro único e, ainda menos, por uma organização hierárquica na qual a mobilidade era escassa e restringida pela tradição; quando muito cada subsistema seria capaz de se governar a si próprio, mas, mostrar-se-ia impotente quanto ao intento de conduzir os restantes. Face a este diagnóstico, o que interessa salientar no âmbito do nosso quadro de análise, é o facto de o sinalizar da complexidade e, por consequência, da contingência mediadoras da experiência moderna, se consubstanciarem como algo que, significativamente, dificulta/condiciona todos os intentos de planificação e, por consequência, de controle do sistema sociedade como um todo.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985 [1947].

BERIAIN, Josetxo. El doble sentido de las consecuencias perversas de la modernidad. In GIDDENS, Anthony; BAUMAN, Zygmunt; BECK, Ulrich. **Las consecuencias perversas de la modernidad**. Barcelona: Anthropos, 1996), p. 7-29.

_____. La construcción social de la dis-continuidad histórica. **Lecciones Magistrales**, Universidad Pública de Navarra, 2003. Disponible em: < http://www.unavarra.es/puresoc/es/c_lecciones.htm >.

CANSINO, Cesar. Sistemas y complejidad: pensar con y contra Luhmann. **Metapolítica**, v. 5, n. 20. México, CEPC, 2001, p. 146-151.

MANUEL MENEZES

CASTRO, Josefina Granja. El pensar sitémico: lógicas de razonamiento y horizonte de inteligibilidad en Niklas Luhmann. **Metapolítica**, v. 5, n. 20. México, CEPC, 2001, p. 90-115.

ESTEVES, João Pissarra. Apresentação. In LUHMANN, Niklas. **A improbabilidade da comunicação**. Lisboa, Vega, 1999, p. 5-36.

HABERMAS, Jürgen. Excurso sobre a apropriação da herança da filosofia do sujeito pela teoria dos sistemas de Luhmann. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1985], p. 511-534.

LUHMANN, Niklas. **Teoría política en el estado de bienestar**. Madrid: Alianza Universidad, 1997 [1981].

_____. The autopoiesis of social systems. In GEYER, Felix; ZOUWEN, Johannes van der (Eds.). **Sociocybernetic paradoxes: observation, control and evolution of self-steering systems**. London: Sage, 1986, p. 172-192.

_____. **Sistemas sociais: lineamentos para una teoría general**. México: Alianza/Universidad Iberoamericana, 1991.

_____. **Risk: a sociological theory**. Berlin: Walter de Gruyter, 1993, [1991-a].

_____. **Observaciones de la modernidad: racionalidad y contingencia en la sociedad moderna**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1997, [1992].

_____. **Qué es Comunicación?**. **Talon de Aquiles**, n. 1. Chile, UNIACC, 1995.

_____. **A improbabilidade da comunicação**. Lisboa: Vega, 1999.

MANSILLA, Darío Rodríguez. Nota a la versión en español. In LUHMANN, Niklas. **Confianza**. Barcelona: Anthropos, 1996, p. vii-xxvii.

_____. La teoría de la sociedad: invitación a la sociología de Niklas Luhmann. **Metapolítica**, v. 5, n. 20. México, CEPC, 2001, p. 42-51.

MARIOTTI, Humberto. Autopoiese, cultura e sociedade. 1999. Disponível em < <http://www.geocities.com/complexidade/leitura.html> >.

MATHIS, Armin. **O conceito de sociedade na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann**. [s/d]. Disponível em: < http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/luhmann_05.pdf >.

MATURANA, Humberto; VARELA, Fransisco. **De máquinas y seres vivos**. Autopoiesis: la organización de lo vivo. Santiago de Chile: Universitaria, 1995.

COMUNICAÇÃO A PARTIR DA COMPLEXIDADE CONTINGENTE...

MIRANDA, José A. Bragança de. **Política e modernidade**: linguagem e violência na cultura contemporânea. Lisboa: Colibri, 1997.

_____. **Traços**: ensaios de crítica da cultura. Lisboa: Vega, 1998.

VERGARA, Luís. Pasado y presente de la teoría de sistemas: la contribución de Niklas Luhmann. **Metapolítica**, v. 5, n. 20. México, CEPC, 2001, p. 116-131.